

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES ESTADO DE MINAS GERAIS SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PROJETO DE LEI Nº /2025

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Guanhães/MG, para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guanhães, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal decretou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º -** Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município Guanhães, Estado de Minas Gerais, para o exercício financeiro de 2026, compreendendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, referente aos Poderes do Município.

Art. 2º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2026 em R\$ 307.422.334,21 (trezentos e sete milhões quatrocentos e vinte e dois mil trezentos e trinta e quatro reais e vinte e um centavos), discriminados pelos anexos integrantes desta lei.

**Art. 3º** - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, com o seguinte desdobramento:

#### 1 - RECEITA

Receitas Correntes	281.982.934,21			
Impostos, Taxas e Contribuições Melhoria	38.221.781,21			
Contribuições	31.628.000,00			
Receita Patrimonial	18.279.457,00			
Receita de Serviços	17.154.110,00			
Transferências Correntes	188.364.000,00			
Outras Receitas Correntes	5.255.586,00			
Receitas Dedutoras	-16.920.000,00			
Receitas de Capital	25.439.400,00			
Operações de Crédito	1.900,00			
Alienação de Bens	102.000,00			
Transferência de Capital	25.335.500,00			
Total Geral	307.422.334,21			



**Art. 4º** - A Despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta lei e na forma dos quadros abaixo.

## 2 - POR FUNÇÕES DE GOVERNO

02 – Judiciária	716.500,00
03 – Essencial à Justiça	121.200,00
04 – Administração	15.028.500,00
05 - Defesa Nacional	146.000,00
06 – Segurança Pública	611.000,00
08 - Assistência Social	4.081.000,00
09 - Previdência Social	43.654.000,00
10 – Saúde	92.128.801,50
12 – Educação	50.350.056,16
13 – Cultura	7.014.500,00
15 – Urbanismo	18.277.000,00
16 – Habitação	10.000,00
17 – Saneamento	34.225.952,00
18 – Gestão Ambiental	3.426.000,00
20 – Agricultura	1.697.000,00
22 - Indústria	550.000,00
23 – Comércio e Serviços	1.631.000,00
24 - Comunicações	50.000,00
25 – Energia	3.743.000,00
26 – Transporte	7.490.500,00
27 - Desporto e Lazer	2.857.000,00
28 – Encargos Especiais	3.774.101,00
99 – Reserva de Contingência	7.924.889,66
Total Geral	307.422.334,21



# 3 – POR PODER E ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Poder Legislativo Municipal	7.914.333,89	
- Câmara Municipal	7.914.333,89	
Poder Executivo Municipal	299.508.000,32	
- Gabinete do Prefeito	3.558.200,00	
- Secretaria Municipal de Governo	3.645.000,00	
- Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento	6.426.000,00	
- Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos	4.359.000,00	
- Secretaria Municipal de Educação	50.350.056,16	
- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	8.340.500,00	
- Secretaria Municipal de Assistência Social	4.081.000,00	
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente	3.566.000,00	
- Secretaria Municipal de Agricultura	1.767.000,00	
- Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana	40.489.500,00	
- Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	2.942.000,00	
- Secretaria Municipal de Apoio aos Distritos	1.826.000,00	
- Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito	8.010.500,00	
- Secretaria Municipal de Saúde	92.128.801,50	
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria e	2.175.000,00	
Comércio		
- Reserva de Contingência	5.924.889,66	
- Serviço Autônomo de Água e Esgoto	17.605.553,00	
- Instituto Municipal de Previdência	42.313.000,00	
Total Geral	307.422.334,21	

**Art. 5º -** As receitas e despesas Municipais se comportaram na forma do anexo 1, Lei 4.320/64, quadro abaixo:



# 4 - RECEITA E DESPESA, SEGUNDO CATEGORIAS ECONÔMICAS ANEXO 1, LEI 4.320/64

Valor	Total	Despesa	Valor	Total
	275,369,934,21	DESPESAS CORRENTES		247.865.309,20
38.221.781,21		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	135.936.512,81	
10.586,000,00		JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	659.300,00	
18.279,457,00		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	111.269.496,39	
1				
17.154.110,00				
188,364,000,00		9		
2.764.586,00				
	(16,320,000,00)			
(16.320.000,00)	,			
	(600,000,00)			-
(600,000,00)	,,,			
		SUPERÁVIT		10.584.625,01
	258.449.934,21	1 Total:		258.449.934,21
	25,439,400,00	DESPESAS DE CAPITAL		51.632.135,35
1,900,00		INVESTIMENTOS	50.344.870,35	
102.000,00		INVERSÕES FINANCEIRAS	5.000,00	
		AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.282.265,00	
25.335.500.00		RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPP:		7.924.889,66
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPP	7.924.889,66	
	23.533.000.00			
21.042.000.00	2010001000,00			
211711000,00	10.584.625.01			
				59.557.025,01
	275,369,934,21	1 DESPESAS CORRENTES		247.865.309,20
				51.632.135,35
				7.924.889,66
	,		1	
	(600.000,00)		1	
	38.221.781,21 10.586.000,00 18.279.457,00 17.154.110,00 188.364.000,00 2.764.586,00 (16.320.000,00) (600.000,00)	38.221.781,21 10.586.000,00 18.279.457,00 17.154.110,00 188.364.000,00 2.764.586,00 (16.320.000,00) (600.000,00) (600.000,00) 258.449.934,21 25.439.400,00 21.042.000,00 2491.000,00 275.369.934,21 25.439.400,00 10.584.625,01 59.557.025,01 275.369.934,21 25.439.400,00	275,369,934,21 DESPESAS CORRENTES PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA OUTRAS DESPESAS CORRENTES  17.154.110,00 188.364.000,00 2.764.586,00 (16.320.000,00) (600.000,00) (600.000,00) (600.000,00)  258,449.934,21 Total:  25,439,400,00 102.000,00 102.000,00 25,335.500,00 21.042.000,00 2.491.000,00 21.042.000,00 21.042.000,00 2.491.000,00 21.042.000,00 22.5,335.500,00 23.533.000,00 24.91.000,00 275,369.934,21	275.369.934,21 DESPESAS CORRENTES  38.221.781,21 10.586.000,00 DESPESAS CORRENTES  135.936.512,81 659.300,00 18.279.457,00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  17.154.110,00 188.364.000,00 2.764.586,00 (16.320.000,00) (600.



## Art. 6° - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do orçamento nas dotações que se fizerem insuficientes durante a execução orçamentária de 2026, podendo, para tanto, utilizar-se de anulação parcial e/ou total de dotações conforme dispõe o art. 43 da Lei 4.320/64.

II – abrir créditos suplementares às dotações do orçamento para o exercício de 2026, utilizando o excesso de arrecadação efetivamente realizado, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do orcamento;

III – abrir créditos suplementares às dotações do orçamento para o exercício de 2026, utilizando o superávit financeiro apurado no exercício anterior, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do orçamento;

IV – abrir créditos suplementares às dotações do orçamento para o exercício de 2026, utilizando a totalidade do produto de operação de crédito autorizada;

V – abrir créditos suplementares às dotações do orçamento oriundas de créditos especiais, que se fizerem insuficientes, durante a execução orçamentária de 2026, podendo, para tanto, utilizarse dos limites previstos nos incisos I, II e III deste artigo;

VI – proceder à criação de novas fontes de recursos nas receitas e despesas cuja previsão inicial não contemplou;

VII – realizar a alteração de saldo nas fontes de recursos consignadas no mesmo elemento de despesas sem prejuízo ao índice de suplementação aprovado no inciso I deste artigo.

VIII – proceder à criação de naturezas de despesas nas ações constantes na lei orçamentária anual.

- Art. 7º O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:
- I atender insuficiência de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de dotação;
- II atender a modificação de valores entre elementos de despesa da mesma modalidade de aplicação, nos termos do parágrafo 3º, inciso V, do art. 1º da Decisão Normativa nº 02/2023, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, devendo ser considerada alteração gerencial.
- **Art. 8º** O Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as Metas de Resultado Primário, conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO/2026.
- **Art. 9º** Em cumprimento à Instrução Normativa nº 7, de 11 de dezembro de 2013, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, acompanha a Proposta Orçamentária para 2026 o Quadro de Detalhamento de Despesa com especificação de elementos de despesa, ficando preservado o detalhamento da despesa, até o nível de modalidade de aplicação, para os demais anexos que integram esta Lei.



Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.

Guanhães/MG, 30 de setembro de 2025.

EVANDRO LOTT

MOREIRA:043544716

Assinado de forma digital por
EVANDRO LOTT

MOREIRA-0435471655

Dadoi: 2025.09.30 15:32:10-03'00'

Evandro Lott Moreira Prefeito Municipal



#### **MENSAGEM**

Senhor Presidente, Senhores (as) Vereadores (as),

Submeto à elevada deliberação de V. Exas. o texto do projeto de lei que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Guanhães/MG, para o exercício de 2026.

Este projeto foi elaborado observando-se as normas legais vigentes, em especial a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

Com o objetivo de equilibrar as contas públicas e evitar o seu engrandecimento na elaboração da LOA – 2026 foram utilizados os seguintes critérios:

- Revisão dos programas a fim de permitir melhor compreensão do orçamento, a partir da identificação do gasto público;
- Reestruturação orçamentária através da revisão de todas as funções, subfunções, programas, ações e os elementos de despesa;
- Prioridade à manutenção dos serviços à comunidade e aos investimentos que ampliem e melhorem sua qualidade de vida.

A fim de garantir o equilíbrio orçamentário, o atual ordenamento impõe limites e condições à gestão do dinheiro público, quer para determinadas despesas, quer para o endividamento.

Este equilíbrio torna possível não só a preservação do patrimônio do Município, como também uma maior capitalização, haja vista que a política econômico-financeira do Município, expressa na proposta orçamentária, é de melhorar a sua infraestrutura básica para viabilizar um bom atendimento às necessidades dos munícipes.

Esta infraestrutura implica investimentos e elevados custos de manutenção que, por sua vez, ficam condicionados à expectativa de receita.

Para o exercício de 2026 a receita foi estimada em R\$ 307.422.334,21 (trezentos e sete milhões quatrocentos e vinte e dois mil trezentos e trinta e quatro reais e vinte e um centavos).



Foram considerados também para elaboração da proposta orçamentária os convênios, firmados e em fase de negociação, com entidades governamentais federais, estaduais e instituições privadas destinados a execução de melhorias das vias públicas da Municipalidade, melhorias habitacionais, ampliação das unidades de saúde, educação, cujo valor montante soma-se na expectativa da concretização dos créditos.

Dando continuidade aos programas existentes nas Leis Orçamentárias de exercícios anteriores, o Executivo tem como prioridades para o exercício de 2026 as iniciativas especificadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Em cumprimento às disposições do art. 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, encaminhamos os demais anexos que integram a Lei de Orçamento.

No ensejo, renovo a V. Exa. e a seus ilustres pares as expressões do mais elevado apreço e especial consideração.

Atenciosamente,

Guanhães, 30 de setembro de 2025.

EVANDRO LOTT

Assinado de forma digital por grava MOREIRA: 0435447

MOREIRA: 0435447

MOREIRA: 0435447

MOREIRA: 02509.30 15:32:42

Evandro Lott Moreira Prefeito Municipal